



Práxis Educativa (Brasil)

ISSN: 1809-4031

praxiseducativa@uepg.br

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Brasil

Teixeira de Paula, Ercília Maria Angeli; Woytichoski de Santa Clara, Cristiane Aparecida
PROJETOS DE EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL NA CIDADE DE PONTA GROSSA - PR: análise de
currículos e práticas

Práxis Educativa (Brasil), vol. 3, núm. 2, julio-diciembre, 2008, pp. 183-189

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Paraná, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=89411447009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

PROJETOS DE EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL NA CIDADE DE PONTA GROSSA – PR: análise de currículos e práticas

Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula*
Cristiane Aparecida Woytichoski de Santa Clara**

Resumo

O artigo apresenta um estudo sobre a Educação Não-Formal na cidade de Ponta Grossa – PR. O objetivo da pesquisa foi descrever e analisar o currículo de três projetos de Educação Não-Formal. Os dados foram coletados por meio de entrevistas e questionários aplicados aos responsáveis pelos projetos investigados e aos professores neles envolvidos. Constatou-se que os projetos possuíam uma flexibilização curricular e utilizavam metodologias inovadoras, que visavam a uma nova forma de aprender através de eixos temáticos voltados para a cidadania. Concluiu-se que a função dos projetos de Educação Não-Formal não é reproduzir as mesmas atividades da escola formal, mas auxiliar a construção da cidadania dos participantes através do acesso à cultura, à arte, ao lazer e à informação.

Palavras – chave: Educação Não-Formal. Currículo. Crianças e adolescentes.

Abstract

This paper presents a study of non-formal education in Ponta Grossa City – Paraná State. The research aims at describing and analysing three projects of non-formal education. The data were collected through interviews and questionnaires completed by the coordinators and teachers involved in the projects. It was possible to establish that the projects had a flexible curriculum and applied innovative methodologies towards the construction of citizenship. It concludes that the function of non-formal education projects is not to reproduce the same activities as at formal school, but to develop the citizenship of the participants through access to culture, arts, leisure, and information.

Keywords: Non-formal education. Curriculum. Children and adolescents.

Introdução

O objetivo do presente artigo é apresentar os principais resultados de uma pesquisa cujo objetivo foi o de analisar três projetos de Educação Não-Formal desenvolvidos na cidade Ponta Grossa – PR. Em um primeiro momento são apresentadas algumas questões conceituais relacionadas a aspectos da Educação Não-Formal e questões curriculares. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos, bem como a análise e discussão dos dados.

Aspectos conceituais relacionados à Educação Não-Formal

Nas últimas décadas, na cidade de Ponta Grossa – PR foram criados vários projetos de Educação Não-Formal para atender às crianças e adolescentes de classes populares que moram em bairros periféricos do município. Essas crianças e adolescentes estão matriculadas em escolas formais, pois essa é uma das condições para participarem de tais projetos. Como as escolas regulares não oferecem atendimento em período integral, atividades de contraturno e atividades culturais, as entidades filantrópicas formam parcerias com a Secretaria de Assistência Social e o próprio Estado para desenvolverem esses projetos.

As crianças e adolescentes que participam dos projetos de Educação Não-Formal apresentam condições de vulnerabilidade bem marcantes. O quadro de caracterização dessa população é diversificado. Geralmente são filhos de trabalhadores que recebem salários insuficientes para sustentá-los. Também existem aqueles pais que buscam o mercado informal para prover seus rendimentos e aqueles familiares que, sem opções de emprego, algumas vezes ingressam na marginalidade. A condição de escolarização desses pais também é bem precária. Muitos são analfabetos e não têm condições de acompanhar o processo de escolarização de seus filhos. Alguns chegam até a obrigar os filhos a trabalhar para poderem auxiliar na manutenção da família, inviabilizando ou dificultando a escolarização das crianças e jovens. Outros pais, entretanto, reconhecem o valor da educação e incentivam seus filhos a estudar. Reconhecem, também, a importância dos projetos de Educação Não-Formal como projetos que complementam as escolas e que atendem a seus filhos enquanto os pais trabalham.

O Estado, em muitos momentos, se mostra alheio às dificuldades dessa população, oferecendo serviços públicos de baixa qualidade, negando para tais pessoas o direito de serem tratadas com respeito e dignidade. Nesse quadro pouco animador, muitas crianças e adolescentes ficam desamparados em relação à proteção de suas famílias e do Estado. Sendo

* Professora do PPGE/UEPG. E-mail: erciliapaula@terra.com.br

** Licenciada em Pedagogia pela UEPG. Ex-bolsista PIBIC-UEPG. E-mail: cristianesclara@yahoo.com.br

assim, estão sujeitos aos riscos da violência urbana e expostos às drogas, a situações de maus tratos e ao trabalho infantil.

Bourguignon (2005) defende a idéia de que na modernidade é preciso reafirmar a garantia dos direitos e refletir como a gestão social pode definir estratégias para viabilizar a inclusão social, bem como políticas públicas efetivas para as classes populares. É preciso entender que a Educação Não-Formal no Brasil surgiu em decorrência das mudanças na economia, na sociedade e no mundo do trabalho. Ela também faz parte das políticas públicas para infância e juventude. O Terceiro Setor começou a crescer enquanto alternativa entre o Estado e as populações e como espaços de novas vivências sociais e políticas. Muitos projetos foram estruturados em parcerias com o Estado, buscando construir propostas curriculares alternativas para as crianças e adolescentes excluídos das escolas formais através de currículos etnocêntricos e pouco voltados para a diversidade cultural, étnica, econômica e social das populações desprivilegiadas.

Santos (2006), ao descrever a questão da organização do Terceiro Setor na educação, argumenta que, nos últimos anos, houve uma ampliação de organizações da sociedade civil, das formas de cooperativismo e associação dos cidadãos na defesa dos direitos humanos. No entanto, o autor também aponta diferentes matrizes teóricas sobre essas organizações. Para ele, ao mesmo tempo em que características como altruísmo, compaixão, sensibilidade começaram a fazer parte da ideologia das Organizações Não-Governamentais - ONGs, também é preciso analisar como os projetos de Educação Não-Formal têm se constituído: espaços de emancipação das pessoas atendidas, ou de adaptação social? Todavia, apesar das críticas significativas, o autor afirma que é preciso estudar os projetos de Educação Não-Formal, pois, para ele, a escola não é o único *locus* do processo ensino-aprendizagem.

A concepção dos projetos de Educação Não-Formal como propostas curriculares alternativas e projetos emancipadores está expressa em publicações de Gohn (1999) e Simson (2001). Para Simson (2001, p. 9):

Por educação formal, entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada seqüência e proporcionada pelas escolas enquanto que a designação informal abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado. Por último, a Educação Não-Formal, embora obedeça também à estrutura e a uma organização distintas das escolas e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja esta a finalidade), diverge ainda da educação formal no que diz respeito à não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação de conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto.

Pode-se verificar, nessa afirmativa da autora, que a concepção de Educação Não-Formal está voltada para a formação geral dos indivíduos. Tal fato não implica necessariamente certificações, mas currículos mais abertos, flexíveis e voltados para as necessidades e desejos das classes populares.

Gohn (1999) explica que é preciso unir os conteúdos da educação formal com os da Educação Não-Formal, para auxiliar no sucesso dos alunos. Para ela, a forma como a educação formal tem sido organizada, em muitos casos, tem promovido mecanismos de exclusão social e pouco acesso à cidadania.

Os diferentes autores citados não negam o papel e o significado da escola na constituição dos indivíduos e o papel do Estado na garantia da educação. Entretanto, discutem o fato de que são necessárias mudanças na abordagem da educação formal em relação à metodologia de trabalho e aos currículos das populações atendidas.

Este artigo apresenta uma análise de três projetos de Educação Não-Formal desenvolvidos no município de Ponta Grossa, os quais auxiliaram as crianças e adolescentes participantes a darem continuidade aos seus estudos e a sentirem-se cidadãos de direitos. Os objetivos dessa pesquisa estiveram voltados, portanto, para a compreensão dos currículos e das estratégias educativas utilizadas pelos profissionais que trabalham nos projetos da Educação Não-Formal.

A justificativa de tal estudo está no fato de que existem muitas escolas de educação formal no Brasil que adotam currículos que reproduzem valores da ideologia dominante. Ao agirem assim, desprestigiam a cultura e aspectos sociais das classes sociais menos privilegiadas. Esse tipo de abordagem que desprivilegia a diversidade étnica e multicultural brasileira faz com que muitos alunos das classes populares não se sintam motivados a freqüentar as aulas e sintam-se excluídos na escola por não serem reconhecidos como protagonistas sociais. Sendo assim, muitas crianças e adolescentes permanecem na escola enfrentando dificuldades ou a abandonam.

Currículos de Educação Não-Formal: territórios pouco conhecidos

Santomé (1995), ao analisar as culturas negadas e silenciadas no currículo, apresenta as culturas infantis e juvenis como uma dessas culturas silenciadas. Ele discute o fato de que nosso adultocentrismo nos leva à ignorância sobre o mundo da infância e da juventude, assim como, principalmente, a uma visão paradisíaca desse mundo, como se as crianças não enfrentassem problemas na realidade onde vivem.

Através de uma revisão da literatura sobre os estudos a respeito do currículo, foi possível encon-

trar nas obras de Moreira; Silva (1999, 2001), Canen; Oliveira (2002), Macedo (2002,2003), Lopes; Macedo (2002), Padilha (2004) preocupações sérias e pertinentes em relação à necessidade de modificação das estruturas curriculares das escolas, para que estas venham atender à diversidade dos alunos.

Embora haja divergências teóricas entre os referidos estudiosos, existe em comum um compromisso deles com as classes populares e uma preocupação quanto à inserção da história desses atores sociais nos currículos das escolas.

As transformações vistas como necessárias envolvem os dois tipos de relações que permeiam a complexidade do cotidiano das escolas: as relações macro-sociais (gestão da escola, relações de poder e trabalho) e as relações micro-sociais (relações de ensino-aprendizagem; seleção de conteúdos voltados para a diversidade étnica, política, religiosa, econômica e cultural; relação professor-aluno, aluno-aluno).

Muitas das práticas educativas que ocorrem nos projetos de Educação Não-Formal vêm procurando atender às crianças e adolescentes, respeitando as suas características culturais e sociais, construindo propostas de currículos alternativas, inovadoras e necessárias para a transformação social.

No Brasil, a partir dos anos 90, a passou a ser pauta de discussões em decorrência das mudanças na economia, na sociedade e no mundo do trabalho. De acordo com Simson (2001), o atendimento para as crianças em situação de risco ocorre no Brasil desde o século XIX, por diferentes instituições: públicas, confessionais e da sociedade civil. As primeiras instituições que se organizaram para esses cuidados foram as confessionais, depois as públicas e, posteriormente, as da sociedade civil. Nóvoa (2002) considera que esses projetos sociais alternativos estão surgindo na educação para preencher espaços e propor novas metodologias que a escola formal não está conseguindo cumprir. Gohn (1999) argumenta que a educação é promotora de mecanismos de inclusão social e que promove o acesso para a cidadania. A autora afirma que é preciso unir os conteúdos da educação formal com o da Educação Não-Formal para auxiliar no sucesso dos alunos.

Os currículos dos projetos de Educação Não-Formal são mais flexíveis e enfatizam o aspecto cultural como uma de suas principais diretrizes. Os educadores que trabalham nesses projetos têm consciência de que com a reprodução de métodos e técnicas tradicionais de ensino não conseguem atingir os resultados esperados de envolvimento das crianças e adolescentes nas atividades propostas. Porém, como a maioria dos educadores recebe pouca capacitação e formação em serviço para realizar essa forma de trabalho, fica muitas vezes sem saber como estruturar suas ações. Quando não existe um projeto pedagógi-

co definido da instituição, as práticas educativas são construídas a partir das percepções, experiências e boas intenções dos professores para com a população atendida.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa apresentada caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa (estudo de caso). Os projetos analisados foram os seguintes:

1) Casa do Menor¹ Irmãos Cavanis – Este projeto é mantido por uma entidade de Assistência Social e Educacional, sem fins lucrativos. É uma Organização Não-Governamental (ONG), mantida por uma Congregação Católica Italiana, que recebe doações de voluntários e recursos da Prefeitura Municipal. A Casa do Menor Irmãos Cavanis foi fundada no Brasil em 1969, por dois padres italianos. Atualmente, a Associação Cavanis desenvolve projetos em diferentes sedes: no Paraná, conta com três instituições, sendo uma em Ponta Grossa, outra na cidade de Castro e outra em Ortigueira. A instituição também está presente em São Paulo e Minas Gerais, nas cidades de Belo Horizonte e Uberlândia. Em Ponta Grossa, atende cerca de 250 crianças e adolescentes do 1º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, com idades variando de 6 a 18 anos incompletos.

A Casa do Menor Irmãos Cavanis localiza-se em uma região periférica de Ponta Grossa que compreende as Vilas Pina e Cipa. A equipe técnica é composta por uma assistente social, um coordenador pedagógico e uma pedagoga. A equipe pedagógica é formada por sete educadores. A contratação dos educadores é feita através de uma seleção. Alguns educadores têm curso superior (Serviço Social, Biologia e Pedagogia), outros possuem Magistério e outros estão cursando a Universidade. O salário desses educadores é bem menor do que o dos professores da rede municipal de ensino, pois recebem seus pagamentos através da Secretaria de Bem Estar Social. A área administrativa é composta por funcionários da secretaria, de serviços gerais, de limpeza e alimentação.

A Casa conta também com 37 voluntários. A instituição desenvolve diferentes projetos que correspondem ao currículo da instituição:

a) - Projeto Auxílio Educativo Cavanis - voltado para a permanência do jovem no ensino médio através de um sistema de proteção social – poupança;

b) Programa Auxílio Tarefa – direcionado para promover o auxílio nas tarefas escolares, visando à redução da evasão e fracasso escolar;

¹ O termo "Menor" é utilizado na instituição, pois a mesma foi construída antes do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Em documento oficial da Instituição, há um pronunciamento de repúdio a qualquer forma de discriminação pejorativa que este termo denota.

c) Programa de Formação Religiosa – voltado para promover o relacionamento interpessoal e a religião com aulas de catequese e aulas ecumênicas, pois as crianças são de várias religiões;

d) Programa Sócio-Educativo – destinado a adolescentes que cometeram atos infracionais, o programa propõe a eles trabalhos comunitários na instituição;

e) Projeto Reciclar para Educar – para estimular a consciência sobre reciclagem;

f) Atividades Artísticas - coral, teatro, oficinas de artesanato e costura;

g) Atividades de recreação e esportes - capoeira, gincanas, campeonatos;

h) Atividades profissionalizantes – atividades voltadas para o mercado de trabalho. Nessas atividades ocorrem parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, que oferece cursos de customização para as meninas e eletrônica de automóveis para os meninos. A Instituição reúne as famílias das crianças e adolescentes para envolvê-los no projeto social e educativo da Casa e incentivá-los a estudar. Para arrecadar fundos para sua manutenção, promove festas, bazares, jantares para a comunidade.

2) O Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência (PROERD)² é um projeto desenvolvido pela Polícia Militar do Estado do Paraná, em parceria com as Secretarias de Educação, Segurança Pública, Justiça e Cidadania. Também é conveniado com as Secretarias Municipais de Educação e escolas particulares. O Programa está presente atualmente em 58 países no mundo e em diferentes Estados brasileiros. Foi iniciado no ano de 1983 e os seus princípios se fundamentam no DARE (*Drug Abuse Resistance Education*), uma prática educativa de combate às drogas implantada em Los Angeles – EUA. No Brasil, o Projeto surgiu primeiramente no Rio de Janeiro; na cidade de Ponta Grossa iniciou suas atividades em 2001 e atende crianças e adolescentes de 09 a 13 anos, integrantes da 4ª série do Ensino Fundamental da rede pública e particular. O programa atende 60 escolas da cidade.

A equipe é composta por cinco policiais militares, instrutores, que são selecionados por sua conduta ética, profissional e moral e treinados para esse programa, que apresenta uma metodologia própria. Os policiais ensinam crianças e adolescentes a enfrentarem os diversos problemas de sua formação, reforçarem a auto-estima, resistirem às pressões dos companheiros às drogas e entenderem os males cau-

sados pelas mesmas.

É preciso ressaltar que o PROERD não atende somente crianças de classes populares, pois considera que o risco das drogas está presente em todas as classes sociais. O projeto também recebe apoio da comunidade, de empresários que doam bonés, camisetas, apostilas, canetas, chaveiros, materiais que as crianças e adolescentes usam para divulgar o programa.

3) Projeto Formando Cidadão - Este projeto é desenvolvido pela Polícia Militar do Estado do Paraná e atua com meninos e jovens em situação de vulnerabilidade social. Na cidade de Ponta Grossa, o projeto teve sua origem no ano de 2002. A sua efetivação ocorreu através da parceria entre o 1º BPM, Secretaria Estadual da Criança e Assuntos da Família, Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Antes de iniciar o trabalho, os policiais, estagiárias e militantes do movimento e um funcionário da Secretaria de Assistência Social convidaram as crianças que estavam nas ruas para participarem do projeto. Os objetivos estão voltados para contribuição na formação de um cidadão que possa integrar-se na sociedade tendo alguma posição em relação aos estudos e ao mercado de trabalho. O Projeto se desenvolve no quartel em Ponta Grossa e conta com uma sala de aula e vários computadores. A Prefeitura Municipal se encarrega da alimentação, vale transporte e fornece uma professora para a realização das atividades escolares.

Em relação aos profissionais, oito pessoas participam do projeto: quatro policiais, uma professora, uma assistente social que trabalha como uma agente social realizando a parte burocrática, voluntários e um pastor que desenvolve atividade de Coral. Um engenheiro agrônomo desenvolve também atividade de horta com os meninos. Existe também uma parceria com a comunidade, que doa uniformes, material esportivo, armários, alimentos e prêmios para incentivar os estudos dos meninos. As voluntárias do Projeto recebem as mães, cuidam dos uniformes, da alimentação e do ensino religioso. As atividades educativas estão voltadas para o reforço escolar e atividades culturais e de lazer.

O que foi possível verificar nos projetos apresentados é que existe uma série de atividades que estão sendo realizadas pelas crianças e adolescentes de classes populares, no entanto, esse trabalho ainda tem pouca visibilidade e reconhecimento quanto à sua função social.

Estratégias de coleta de dados

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os responsáveis pelos projetos e aplicados

² O PROERD é considerado um programa social, pois atende várias cidades do Paraná. Neste artigo foi considerado projeto pelo fato de termos analisado especificamente sua aplicação na cidade de Ponta Grossa.

questionários aos educadores. As instituições foram analisadas nos moldes de estudo de caso. De acordo com Macedo (2000), existem pesquisas que podem abarcar mais de uma realidade, configurando-se como multicasos. Para o autor, o estudo de caso tem preocupação em compreender uma instância na sua singularidade e essência. As entrevistas assumiram um papel expressivo na pesquisa apresentada, pois possibilitaram entender a origem, a dinâmica de funcionamento, os princípios e leis gerais que regem os projetos. Macedo (2000) considera que a entrevista ultrapassa o simples fornecimento de dados. Quando se realiza em uma situação aberta e flexível, ela se inicia em uma situação de total imprevisibilidade e da observação em contatos fortuitos com os participantes. Os diálogos realizados são importantes para a apreensão de sentidos e significados.

A realização das entrevistas e aplicação dos questionários envolveu os seguintes atores sociais: na *Casa do Menor Irmãos Cavanis*, foram entrevistados uma assistente social, uma pedagoga e um coordenador. Foram aplicados questionários aos seis educadores para verificar a forma como definiam a construção do currículo.

No Projeto Formando Cidadão, a entrevista foi realizada com a coordenadora do mesmo, uma policial formada em Serviço Social. No PROERD, a entrevista foi realizada com o 2º Tenente, coordenador do PROERD no Primeiro Batalhão de Polícia Militar, e com o soldado responsável pelo PROERD nas escolas em Ponta Grossa.

Resultados e Discussão

Verificou-se uma preocupação expressiva dos profissionais de áreas bem diversas com a questão da educação em nosso país. O que impressionou, no trabalho realizado, foi o carinho, a dedicação e o empenho dos policiais que estão desenvolvendo os projetos educativos. Esse fato nos faz pensar que o trabalho de prevenção e educação está sendo realizado em parcerias com as escolas, com Organizações Não-Governamentais e, também, com a polícia. Ou seja, diferentes profissionais vêm colaborando na educação de crianças e jovens.

A pesquisa revelou que os profissionais são muito envolvidos e compromissados com os trabalhos que desenvolvem. Alguns projetos apresentam uma estruturação pedagógica mais elaborada, como a Casa do Menor Irmãos Cavanis e o PROERD, pois essas instituições apresentam uma história de trabalho de longos anos na cidade de Ponta Grossa. No caso do Projeto Formando Cidadão, por ser recente, ainda está em fase de construção de idéias, ações e do seu projeto político-pedagógico.

Em relação aos currículos, os projetos envolvem diferentes princípios e estruturas, conforme se indica a seguir.

1) O currículo na Casa do Menor Irmãos Cavanis – A instituição apresenta um Plano de Ação que estrutura os princípios de cada projeto desenvolvido. O currículo é fundamentado na Pedagogia Cavanis, que procura integrar a mente, o corpo e o coração. Existe uma capacitação permanente de funcionários, baseada no Planejamento Estratégico da Associação Cavanis. Tanto na sede, como nas subsedes, existem ações que são elaboradas para o aperfeiçoamento das atividades. São palestras, oficinas e momentos de reflexão que abordam a Pedagogia Cavanis e outros temas relacionados com a infância e juventude.

Há de se destacar que, no processo da pesquisa, foi realizada uma parceria Universidade-Instituição. A pesquisadora realizou uma oficina para os educadores sobre a estruturação de currículos para a diversidade e organização de uma brinquedoteca. Esse trabalho foi bem aceito pelos educadores. Os Cavanis também realizam encontros nacionais dos seus funcionários, a cada dois anos, para discutir suas propostas pedagógicas. Cada instituição, de acordo com os perfis dos profissionais, apresenta uma característica própria.

De acordo com informações da assistente social e do coordenador da instituição, a Casa do Menor Irmãos Cavanis localizada em Ponta Grossa apresenta um trabalho mais voltado para a questão do reforço escolar, diferentemente das outras unidades do país que estão mais voltadas para projetos culturais. Nesse sentido, a assistente social e o coordenador consideravam o projeto da casa mais conservador quando comparado às ações realizadas em unidades que privilegiam outros aspectos na formação dos sujeitos.

Na cidade de Ponta Grossa, a rede pública oficial de ensino não apresenta trabalho de contraturno nas escolas, o que implica uma forte pressão, das próprias escolas e professores, para que os Cavanis realizem o reforço escolar. Eles desenvolvem tal ação, mas as crianças e adolescentes reclamam que acabam permanecendo na instituição como se estivessem frequentando uma escola em período integral.

Os profissionais não se negam a desenvolver o acompanhamento das tarefas, mas defendem a idéia de que as crianças precisam ter outras atividades. O projeto de reforço escolar é um dos programas desenvolvidos pela Casa, mas não o único. O currículo envolve atividades pedagógicas, culturais e também, de lazer. De acordo com o depoimento do coordenador, “a Casa tem a função de realização de tarefas sócio-educativas voltadas para a formação, valores e crescimento humano.”

2) O currículo do PROERD – O programa desenvolve uma série de atividades interativas, trabalhos

em grupo e aprendizado cooperativo entre as crianças. O currículo é organizado em 17 lições de 45 a 60 minutos, ministradas por um policial fardado, sem armas e treinado para a função. Uma das estratégias principais é o uso de uma caixinha de perguntas anônimas. O policial deixa a caixa de sapato na escola e, nos próximos encontros nas salas de aula, ele começa a aula a partir das perguntas realizadas pelas crianças. De acordo com o depoimento do policial, nessa caixinha são reveladas muitas dúvidas, questionamentos sobre drogas e até mesmo denúncias de crianças que sofrem maus tratos, abuso sexual, trabalho infantil e que são aliciadas para o mundo das drogas.

O policial trabalha essas questões com as crianças e, nos casos necessários, resolve os problemas das crianças que estão pedindo ajuda e proteção. Há também um trabalho realizado para a elevação da auto-estima das crianças. Conforme depoimento do policial, todas as crianças têm as mesmas necessidades sociais de atenção, de pertencimento a um grupo e de serem reconhecidas, independentemente de sua classe social.

De acordo com a fala desse mesmo policial: “O trabalho é uma vacina aplicada para as crianças antes de se contraírem o mal”. É preciso informar também que, após o término do projeto, as crianças recebem certificado de conclusão do curso em uma formatura recebida de forma divertida e prazerosa por elas.

3) Currículo do Formando Cidadão – O projeto funciona no período da tarde, no horário do contraturno das crianças. Os alunos chegam ao quartel, tomam banho, vestem o uniforme do projeto e almoçam. Após as refeições, participam das aulas de reforço escolar. De acordo com o depoimento da responsável, esta foi uma necessidade que os idealizadores do projeto sentiram para que as crianças tivessem um melhor rendimento na escola. As crianças também participam de atividades como fanfarra, ordem unida, Educação Física, Ensino Religioso, informática, coral e curso para área administrativa, promovido pelo SEBRAC. Se elas forem reprovadas na escola, não têm direito de participar do projeto.

O projeto tem como função principal encaminhar os participantes para o mercado de trabalho. Segundo relato da policial existe um Projeto Base registrado na Secretaria de Assistência Social, descrevendo as atribuições dos profissionais, mas falta a elaboração de um Projeto Político-Pedagógico mais consistente.

No que diz respeito aos questionários para os educadores da Casa do Menor Irmãos Cavanis, foram entregues sete questionários, mas somente quatro foram devolvidos. Quanto às respostas dos educadores sobre os currículos da instituição, todos afirmaram que desenvolvem, em primeiro lugar, as atividades de auxílio-tarefa. Entretanto, também descreveram que realizam ações voltadas para os direitos humanos e

formação de valores e princípios com as crianças e adolescentes.

Quando foram perguntados sobre o papel do Estado no cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes, os educadores afirmaram que existe uma grande ausência no cumprimento desses direitos, mas foram unânimes na defesa do Estado quanto à garantia dos direitos dos cidadãos.

No que se refere às entrevistas realizadas nos Cavanis, PROERD e Formando Cidadão, os profissionais situaram como os projetos de Educação Não-Formal são organizados, suas origens, estruturação humana e material. Quando questionados sobre as dificuldades encontradas nos projetos, foram apresentadas as seguintes afirmativas:

Existe uma lista de espera de alunos aguardando o momento de serem chamados. A evasão existe porque a comunidade é violenta, tem crianças envolvidas com o tráfico e outras têm que sair da instituição para trabalhar. (Assistente Social – Casa do Menor Irmãos Cavanis)

A principal dificuldade é a resistência e desconfiança de alguns pais para com o programa, os quais dificultam a participação dos filhos. Poderia ter uma maior ampliação do programa, formando mais instrutores, não só policiais, mas também de outros setores, não só públicos, como também privados – ONGs” (Policial do PROERD)

O projeto encontra dificuldades com a falta de viaturas para o deslocamento e segurança, pois é necessária uma viatura descaracterizada para que os voluntários e agentes sociais exerçam as atividades mais seguros. (Policial do Formando Cidadão)

Percebe-se que os projetos apresentam dificuldades, mas, mesmo assim, vêm buscando construir as suas ações na busca de romper com as desigualdades sociais.

Conclusões

O que foi possível verificar no trabalho realizado é que os profissionais envolvidos nos projetos apresentam um compromisso social e político efetivo com as classes populares e o reconhecimento das ações por eles desenvolvidas vem da população que recebe esses serviços. Também foi possível analisar a literatura referente à área de Educação Não-Formal e conhecer a realidade complexa e contraditória dos projetos realizados nessa área.

Não se pode desprezar o fato de que há Organizações Não-Governamentais que usam os recursos públicos para benefício próprio e não investem nas necessárias ações com crianças e adolescentes das classes populares. Esse fenômeno tem sido investigado pelo Governo Federal que, ultimamente, tem procurado estabelecer políticas de investimento através

dos Projetos de Extensão das Universidades, para que os acadêmicos possam realizar estágios e trabalhos remunerados em instituições voltadas para as comunidades populares. Essa forma de procedimento tem sido vista como uma tentativa para a não-ocorrência de desvios de verbas destinadas ao trabalho com as classes populares.

Os projetos de Educação Não-Formal investigados na pesquisa realizada apresentavam propostas sérias e comprometidas com as classes populares. Existiam prestações de contas sobre os trabalhos exercidos e não se pode desconsiderar que dois desses projetos eram realizados pela Polícia Militar, portanto, através do Estado.

A finalidade deste artigo está voltada para a socialização da forma como são estruturados os currículos dos projetos de Educação Não-Formal e para discutir a necessidade da urgente revisão dos currículos das escolas formais, a fim de que as crianças e adolescentes de classes populares não se sintam excluídos. Os projetos de Educação Não-Formal têm procurado inovar em suas ações e metodologias. Porém, na cidade de Ponta Grossa, esses projetos recebem uma forte cobrança do Estado para complementar a escola com atividades de contraturno, função essa que deveria ser do sistema educacional. A função dos projetos de Educação Não-Formal não é reproduzir as mesmas atividades da escola formal, mas auxiliar a construção da cidadania das crianças através do acesso à cultura, à arte, ao lazer e à informação. Mesmo com dificuldades, esses projetos estão prestando atendimento a crianças e adolescentes, respeitando-os como sujeitos de direitos e promovendo a inclusão social.

Referências

- BOURGUIGNON, J. A. **Concepção de rede intersetorial**. Disponível em: <<http://uepg.br/nupes/intersetor.htm>>. Acesso em: 08 mar. 2005.
- CANEN, A.; OLIVEIRA, A. M. A. Multiculturalismo e currículo em ação: um estudo de caso. In: **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 61-74, set-dez. 2002.
- GOHN, M. G. **Educação Não-Formal e cultura política: impactos do associativismo no Terceiro Setor**. São Paulo: Cortez, 1999.
- LOPES, A. C.; MACEDO, E. (Orgs). **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MACEDO, R. S. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas Ciências Humanas e na Educação**. Salvador: EDUFBA, 2000.
- _____. **Chrysallís, currículo e complexidade: A perspectiva crítico-multicultural e o currículo contemporâneo**. Salvador: EDUFBA, 2002.
- _____. (Org.). **Currículo e docência: Tensões contempo-**

râneas interfaces pós-formais. Salvador: Editora da UNEB, 2003.

MOREIRA, A. F. ; SILVA, T. T. (Orgs). **Currículo, cultura e sociedade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MOREIRA, A. F. ; SILVA, T. T. (Orgs). **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NÓVOA, A. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Portugal: EDUCA, 2002.

PADILHA, P. R. **Currículo intertranscultural: novos itinerários para a educação**. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2004.

SANTOMÉ, J. T. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, T. T. (org). **Alienígenas na sala de aula: Uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 159-177.

SANTOS, D. P. B. Formação de educadores para o Terceiro Setor. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 79-95, 2006.

SIMSON, O. R. M. V. (Org.). **Educação Não-Formal: cenários de criação**. Campinas: Editora da UNICAMP/ Centro de Memória, 2001.

Recebido em 02/02/2008

Reformulado em 20/06/2006

Aceito em 20/10/2008.